

Contos de uma insurreição.

A Batalha do Rio Nedao e a Revolta Fictícia dos Povos Germanos

Otávio Luiz Viera Pinto
Doutorando - University of Leeds
hyolv@leeds.ac.uk

Enviado em: 20/01/2016

Aceito em: 22/03/2016

Resumo:

O objetivo deste artigo é o de explorar e questionar o relato acerca da insurreição dos povos germanos contra os hunos, na chamada Batalha do Rio Nedao (segunda metade do século V). O testemunho desta batalha, presente em Jordanes, representa o fim da submissão de vários grupos germanos e nômades e da opressão desmedida dos filhos de Átila, Elaco, Hernaco e Dengizico. De acordo com Jordanes, após a morte do famoso rei huno, seus filhos passaram a tratar os povos vassallos como escravos, o que levou o rei gépida, Ardarico, a fomentar uma revolta que levou à morte de Elaco e ao fim da hegemonia hunica nos Balcãs. Acreditamos que esta batalha é uma invenção retórica de Jordanes: único autor a mencionar este fato, Jordanes desejava criar uma explicação historiográfica para demarcar o fim da real autoridade dos hunos e, ao mesmo tempo, elucidar o caos político e social dos Balcãs durante o final do século V e boa parte do século VI.

Palavras-chave: *Hunos; Jordanes; Nedao.*

Abstract

The aim of this paper is to explore and call into question the account of the insurrection of a number of Germanic tribes against the Huns, in the so called Battle of Nedao River (second half of the fifth century). The testimony of this battle, recorded by Jordanes, represents the end of the submission of many Germanic and nomadic groups and the end of the excessive oppression of Attila's sons, Elac, Hernac and Dengizic. According to Jordanes, after the death of the famous Hunnic king, his sons started treating their subject nations as slaves, which led Ardaric, the Gepid king, to foment a revolt that claimed Elac's life and ended the Hunnic hegemony in the Balkans. I believe that this battle is a rhetorical creation of Jordanes: as the only author who mentions this fact, Jordanes wanted to create a historiographical explanation to delimit the end of real Hunnic authority and, at the same, to elucidate the social and political chaos in the Balkans during the end of the fifth and most of the sixth centuries.

Keywords: *Huns; Jordanes; Nedao.*

A historiografia moderna, afeita aos símbolos de mudança e elementos estruturais, costuma entender que a página final do Império Romano do ocidente se inicia com o desastre de Adrianópolis, em 378 d.C. (HEATHER, 2006, pp. 145–146). Este fato é marcado pela desesperada travessia do Danúbio, por parte dos tervíngios (mais tarde chamados de visigodos)¹, e seu conseqüente e violento choque com as tropas romanas estacionadas na região, culminando na morte do imperador Valente e na definitiva inclusão de uma confederação germana na política e na sociedade ocidentais (HUGHS, 2013, pp. 204–227).

Adrianópolis, portanto, marcou o início de uma fase em que os povos ditos bárbaros deixaram de ser apenas inimigos externos mas tornaram-se, gradativamente, elementos internos da vida romana. Povos germanos e grupos nômades passariam a incorporar o grosso do exército, a ocupar terras dentro do império e, conseqüentemente, transformar-se-iam nos verdadeiros pivôs da história de Roma, em especial a partir da segunda metade do século V (cf. POHL, 1997). Porém, o que chama a atenção sobre a travessia do Danúbio é o fato de que ela foi, certamente, motivada não por violência, mas por desespero. Além de soldados e guerreiros, mulheres, crianças e famílias inteiras desejavam tomar parte nesta migração repentina. O caráter não-violento – apesar do conflito posterior e do sangrento resultado – levou autores contemporâneos ao período, como Amiano Marcelino, a conjecturar que a fuga dos tervíngios foi causada por pressão oriental. Segundo o autor, das estepes do leste surgia uma nova força, uma onda selvagem de bárbaros cujo único desejo era a destruição: os hunos (KULIKOWSKI, 2006, p. 130).

A imagem cunhada por Amiano – a movimentação dos hunos pressionando os tervíngios a migrarem para oeste – é resiliente e ainda encontra ecos na historiografia moderna (cf. HEATHER, 2006; KULIKOWSKI, 2006; WOLFRAM, 1997). O autor é responsável não só pela explanação acerca das movimentações do século IV como também pela mítica de barbarismo que cerca a sociedade e a cultura hunica (MARCELLINUS, 2004, pp. 393–399). Ainda que estas questões possam e devam ser debatidas e colocadas em xeque, é indubitável que Amiano seja, de fato, o primeiro ator do período imperial tardio a notar a presença e a importância dos hunos. Sua *Res Gestae* é o primeiro passo na apresentação de uma “onda histórica”, uma ascensão de poder huno que encontraria seu apogeu com Átila, no século V, e

também seu imediato declínio a partir da morte deste rei, em 453 d.C..² Por mais que sua explicação migratória seja exagerada ou retórica, Amiano estava certo, portanto, ao notar a importância que os povos nômades do leste ganhariam nos anos seguintes (*cf.* KIM, 2013)³. Menos de um século após a escrita da *Res Gestae*, os hunos haviam formado uma confederação poderosa, estendendo sua hegemonia e autoridade sobre os Balcãs e subjugando uma miríade de grupos orientais e de tribos germanas que habitavam a região ao leste do rio Danúbio. Gépidas, hérulos, greutungos (ostrogodos) e burgúndios eram apenas algumas das *gentes* que estariam sob comando huno (MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 81–94). Jordanes, um dos poucos autores deste período a analisar mais detidamente a história huno, afirmava que Átila, no auge de seu poder, era o senhor de todos os bárbaros, comandante de todas as tribos da Cítia (JORDANES, 2001, p. 97)⁴.

Admite-se, comumente, que Átila foi de fato um líder poderoso que deixou sua marca indelével na história do império romano. Conhecemos superficialmente sua trajetória, em especial a partir da documentação deixada por autores como Jordanes, Conde Marcelino, Hidácio de Chaves, Próspero de Aquitânia e, principalmente, Prisco e sua embaixada – possivelmente o mais vívido relato acerca dos hunos (*cf.* BLOCKLEY, 2009; PRISCUS, 2014). Reconhece-se, também, que a repentina morte de Átila, na noite de um de seus casamentos, lançou a confederação huno num período de caos político: sua sucessão, realizada por três de seus filhos, Elaco, Hernaco e Dengizico, falhou no estabelecimento de autoridade sobre os povos vassalos; o resultado foi um levante, liderado pelo rei dos gépida Ardarico, que terminou com a morte de Elaco mas, também, com a total desestruturação da hegemonia huno, finalmente iniciando um período em que os povos germanos do leste assumiram seus protagonismos políticos – ainda que em menor escala do que fora a confederação huno (BLIUIENE & CURTA, 2011; HEATHER, 2006, p. 356; KIM, 2015, 2013, pp. 133–134; MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 147; WOLFRAM, 1990, p. 133).

A insurreição de Ardarico possui todos os tons de uma ótima ficção política: o rei gépida, então braço direito de Átila, revoltou-se com o tratamento reservado pelos filhos de Átila – príncipes arrogantes que tratavam os povos germanos como meros escravos – e plantou a semente da revolta em todos os outros grupos subjogados. Sua insatisfação tornou-se latente em todos os chefes germanos e se espalhou como uma febre, até que uma caótica batalha irrompeu na região de um certo rio chamado Nedao, e todos os lados chocaram-se uns contra os outros. O terrível conflito, segundo Jordanes, foi uma experiência catártica para qualquer

um que a tenha testemunhado, e pela lâmina de Ardarico o poder dos hunos chegou ao fim: este povo nômade, “destinado a colocar o mundo de joelhos e dominar todos os povos da terra”, declinará e sumirá da história porque, em sua arrogância, tentaram escravizar e diminuir os povos germanos (JORDANES, 2001, p. 125).

Por certo, uma bela história de orgulho e vingança que, curiosamente, entrou para os anais da historiografia como um fato absoluto. Historiadores de todas as sortes procuraram datar a batalha, procuraram identificar o local exato em que ela ocorreu, procuraram explicações para o nome Nedao e, pela força imagética desta narrativa, todas as dúvidas foram deixadas de lado e apenas restaram-se as certezas de que este conflito de grandes dimensões realmente ocorreu como descrito por Jordanes. Nosso argumento, neste artigo, irá de oposto o que se pretende com este discurso histórico: acreditamos que a batalha do rio Nedao não passa de um artifício retórico de Jordanes para, de uma maneira dinâmica e, ao mesmo tempo, simples, explicar e justificar o caos político e social que sobrevoava os Balcãs na segunda metade do século V e primeira metade do século VI.

A presença hunica e as fontes da Antiguidade Tardia⁵

Nossos problemas com a batalha do rio Nedao começam já com o relato em si. Jordanes, escritor do século VI, é nossa única fonte para este acontecimento. Textos contemporâneos ao combate não o mencionam, assim como fontes do período de Jordanes, como João Malalas e Conde Marcelino, também não o fazem. Ademais, algumas destas narrativas inclusive contradizem as informações deixadas por Jordanes. Portanto, iremos, em primeiro lugar, analisar o contexto histórico e levantar o debate entre a dinâmica documental, seus objetivos e suas lacunas. Em seguida, para concluirmos, analisaremos os motivos e as razões para que Jordanes tenha fabricado um conflito de dimensões surpreendentes.

É inegável, por um lado, que os hunos tenham tido, de fato, um desenvolvimento político acelerado. Surgidos provavelmente como uma modesta união de tribos nômades ou pastorais nas vastidões do Cáucaso, os hunos iniciaram sua trajetória em solos imperiais de maneira semelhante aos grupos “citas” de tempos clássicos: arqueiros leves, completamente dependente de cavalos, móveis em habitação e movimento (*cf.* MAENCHEN-HELFEN, 1973). No século IV, talvez motivados por um misto de mobilidade, prosperidade e liderança firme, os hunos avançaram à oeste e se depararam com os domínios do rei greutungo Ermanarico.

Segundo Jordanes, o mítico rei Balamber, em parte por força marcial, em parte por um acaso do destino, é capaz de subjugar Ermanarico e iniciar um rápido processo de dominação e anexação cultural, militar e política de todas as tribos em seu caminho (este é o mesmo contexto que levou Amiano a descrever a movimentação dos tervíngios – buscando evitar o mesmo destino dos greutungos, decidiram procurar espaço entre os romanos) (HEATHER, 1989, pp. 103–128; JORDANES, 2001, pp. 119–120).

Alguns anos após o domínio de Balamber, registros (Sozomeno em especial) nos apontam para outro importante líder huno, Uldin – neste caso, um personagem de fato histórico (MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 54). Neste período, isto é, início do século V, os hunos já eram uma força importante nas regiões Balcânicas, e Uldin esteve diretamente ligado aos feitos de Estilício e atuou diretamente na derrota e subsequente morte do general godo Gainás: Sozomeno e Sócrates Escolástico nos relatam que o motivo para o ataque huno sobre as tropas de Gainás foi a desconfiança de que um líder bárbaro poderoso pudesse rivalizar com a autoridade de Uldin – demonstrando, portanto, o projeto de poder e a extensão da autoridade dos hunos (SCHOLASTICUS & SOZOMEN, 1994).

As fontes silenciam-se sobre os feitos finais de Uldin, mas voltam sua atenção aos hunos novamente quando os irmãos Octar e Rugila passam a dividir a coroa da confederação. Neste momento, os hunos já estão plenamente integrados às vicissitudes do império – tanto no oriente quanto no ocidente. Na primeira metade do século V, a morte de Octar deixa Rugila como rei único da confederação, posição que logo seria dividida novamente entre Átila e Bleda. Por assassinato ou outra fatalidade, Bleda encontra seu fim e Átila finalmente torna-se o chefe absoluto de todos os hunos (*cf.* MAENCHEN-HELFEN, 1973; THOMPSON & HEATHER, 1999).

É durante o domínio de Átila, portanto, que os hunos se transforma na imagem de poder e autoridade que ainda é resguardada pela historiografia. Parte da política deste rei, para garantir sua hegemonia, era a de esmagar qualquer tipo de dissidência: seus acordos com o império romano tinham como cláusula principal, além do envio de tributo, a obrigação de não receber nenhum fugitivo huno e, em caso de captura, enviá-los para Átila imediatamente (provavelmente para execuções públicas) (FRASSETTO, 2003, p. 43). Não sabemos se a mentalidade de poder hegemônico fazia parte da estratégia de outros reis hunos, mas entre Uldin e Átila, a noção de uma confederação huna enquanto poder semelhante ou superior ao

império é maturada e chega em seu ápice. Por isso, além do violento tratamento de dissidentes e desertores, Átila parece ter dado devida atenção ao agrupamento de povos germanos sob sua tutela. Greutungos (provavelmente já conhecidos como “ostrogodos” ou apenas “godos”), gépidas, hérulos, rúgios, esciros e suevos eram apenas algumas das tribos germanas que seguiam Átila – ao lado de grupos nômades como alanos, sabiros, cutrigures, sármatas, etc. A postura de Átila, de acordo com Prisco, era efetiva porque além de mostrar humildade, o rei huno tratava reis súditos com a devida cerimônia: Ardarico, chefe dos gépidas, Valamer, chefe dos godos, Edeco, chefe dos esciros (ou rúgios) e mesmo Orestes, possivelmente um romano da Panônia, possuíam cargos de destaque na corte de Átila (WOLFRAM, 1997, pp. 123–163).

Prisco e Jordanes nos relatam a dimensão desta autoridade. Enquanto Prisco parece tecer uma narrativa mais orgânica, isto é, um testemunho presencial e intrigado – já que Prisco participou de uma embaixada aos hunos em 448/449 – (PRISCUS, 2014, pp. 5–25), Jordanes assume uma postura hiperbólica, e este toque autoral traz, naturalmente, um contraste imediato com a atuação dos filhos do famoso rei:

Após esta cerimônia (funeral de Átila), como é de hábito, o espírito dos jovens inflamou-se com a ganância de poder, causando uma disputa entre os sucessores da coroa de Átila. E, em seus desmedidos desejos por poder, todos eles simultaneamente levaram o império à sua destruição; posto que frequentemente é um fardo para o reino que aja um excesso de sucessores, e não uma escassez. Então, os filhos de Átila, que pela licença de sua luxúria quase numeravam, eles próprios, um diferente povo, demandaram que as tribos fossem divididas entre eles igualmente, e que reis beligerantes, com suas nações, fossem aloteados como se fossem uma herança de família.⁶

A admiração de Jordanes pela hegemonia de Átila não é apenas um excesso literário, mas parece ser uma questão central para seu argumento (como veremos mais à frente). Enquanto Átila emprestava sua *gravitas* real à sua hegemonia, seus numerosos filhos agiam de maneira contrária – e por conta de escolhas impensadas, levaram o “império” de seu pai à ruína. É necessário frisar que o tema da queda de impérios causada por atos desmedidos é recorrente em Jordanes, e surge na conclusão de sua outra obra, conhecida como *Romana*:

Estão são os acasos da República Romana (...). Se alguém quiser aprender sobre eles, que leia os anais e os registros dos cônsules sem desdém, e ele encontrará uma república que, em nossos tempos, é digna de uma tragédia. Ele aprenderá de onde ela surgiu, como cresceu e subjugou toda a terra, e como a perdeu por conta de líderes ignorantes.⁷

Jordanes, um autor de origem bárbara e que, por grande parte de sua vida, atuou como um burocrata nos Balcãs, certamente conheceu de perto os resultados da instabilidade política e da efervescência de identidades e rivalidades que surgiram a partir da falta de uma autoridade central – seja ela romana ou hunna.⁸ Jordanes afirma que, assim como seu avô, sua vida adulta foi dedicada aos serviços de líderes alano-gótico – Candaco e Guntige – e, dada a sua proximidade com assuntos administrativos e seu contexto imediatamente posterior à breve hegemonia de Átila, é possível supor que este autor valorava (e ansiava com nostalgia) o poder centralizado (JORDANES, 2001, p. 126). Esta perspectiva política permeia sua obra e se torna evidente quando analisamos seus argumentos acerca das guerras e do declínio romano (especialmente nos Balcãs, região foco de sua famosa obra *Getica*). Com esta noção em mente, a importância da batalha do rio Nedao, para Jordanes, torna-se mais clara, já que ela representaria um artifício histórica para demonstrar o efeito de ações de governo impensadas e o resultado caótico da falta de unidade ou coesão política. Factualmente, por mais coesa que seja a narrativa de Nedao, não há sustentação, porém, quando outras fontes concernentes ao período são cotejadas.

Prisco, talvez a maior autoridade acerca da atuação dos hunos na antiguidade, nada menciona da batalha de Nedao. Certamente que, uma vez que nos restam apenas fragmentos de sua obra sua narrativa pode simplesmente estar perdida. Contudo, autores como João de Antioquia, Evágrio Escolástico, o anônimo autor da *Suda*, Cassiodoro, João Malalas, o autor da *Crônica Pascoal* e mesmo Jordanes o citam por nome e atestam seu conhecimento e sua experiência com os hunos. Desta forma, parece seguro afirmar que, uma vez que nenhum destes escritores (com a exceção de Jordanes) mencionam Nedao, Prisco também não o fez. Historiadores, como John Given, atribuem a passagem acerca deste conflito, em Jordanes, à história de Prisco, mas o próprio acadêmico afirma, categoricamente, que essa atribuição é, na melhor das hipóteses, altamente dúbia – de fato, o único motivo para sua inclusão é a tentativa de atribuir a origem desta narrativa na *Getica*.⁹

Outras fontes que abordam o período pós-450 d.C., como a crônica de Hidácio de Chaves, a crônica de Amiano Marcelino e o testemunho das guerras de Procópio de Cesareia, igualmente nada dizem sobre a batalha de Nedao. Por certo que a falta de uma informação não implica em sua automática negação, e um argumento neste sentido pode ser feito: nenhum destes autores estava interessado na lida interna das sociedades bárbaras. Mesmo Prisco parece

perder interesse em qualquer assunto que concerna aos hunos a partir da morte de Átila – a menos que, naturalmente, estes assuntos digam respeito aos romanos de uma maneira ou de outra. Portanto, poderíamos imaginar que, independente das dimensões da batalha, um conflito nos confins da bárbara Panônia que tenha colocado gépidas e outros grupos contra os hunos e que não necessariamente influenciasse a política romana, não ganharia a tinta na pena de autores alinhados com o *status quo* civilizatório.

Por outro lado, não parece totalmente razoável imaginar que uma batalha que alteraria completamente o balanço político dos Balcãs não ganharia atenção romana. A região, lançada em uma espiral de instabilidade desde a incursão dos tervíngios e as campanhas visigóticas do século IV, sempre representou uma importante zona de fronteira para o império: além da importância fluvial do Danúbio, as inúmeras cadeias de montanhas e terras altas serviam de abrigo para bandidos e salteadores (cuja mera existência provocava e desafiava a legislação romana) e, naturalmente, a rota de incursões de grupos da Cítia, do Mar Negro e do Cáucaso levava diretamente à região (*cf.* OLTEAN, 2007; PETOLESCU, 2010; SYME, 1973). A falta de controle imperial sobre os Balcãs não era vista apenas como um revés geopolítico – tal qual a província da Britânia, por exemplo –, mas mesmo durante o século VI, em meio aos extenuantes conflitos contra os ostrogodos, os persas e os vândalos, Justiniano mantinha uma rigorosa e violenta política externa contra os gépidas (o povo mais numeroso da região naquele momento) (SARANTIS, 2009, pp. 15–40). Não é por acaso que a cidade de Sirmium foi, em sua conturbada história, capital do império romano e sede da prefeitura do Ilírico (LENSKI, 2015, pp. 130–132). Portanto, se Nedao foi de fato um embate da dimensão descrita por Jordanes, não parece razoável que comentadores romanos tenham demonstrado tamanho desinteresse – a morte de Átila, por exemplo, é anunciada por quase todos os autores que tratam deste período, claramente denotando um certo nível de preocupação com o andamento e com o futuro do poderio huno. Devemos recordar, afinal, que a confederação de Átila era um enorme emaranhado de grupos e povos unidos sob uma única autoridade, um único senhor da guerra que decidiu assentar seu império às portas do império tanto oriental quanto ocidental (HEATHER, 2014, pp. 209–229). Assim, a perda do trunfo mais significativo dos hunos (seu controle sobre grupos germanos e nômades), não deveria passar despercebida; a menos, é claro, que essa desestruturação tenha sido orgânica e mesmo esperada, o que contradiria a existência da batalha de Nedao ou, no mínimo, diminuiria drasticamente sua dimensão e sua importância.

Ademais, os relatos, em especial de Conde Marcelino, trazem informações que, de certa maneira, contradizem ou, ao menos, trazem uma nova perspectiva para a simplificada narrativa de Nedao. Marcelino, por exemplo, toma nota de uma batalha ocorrida em 468 ou 469 entre Dengizico, filho de Átila, e o general Anagastes. O conflito termina com a morte de Dengizico e com sua cabeça levada para ser exibida em Constantinopla (MARCELLINUS, 1995, p. 25). É importante notar, porém, que o filho de Átila liderava um contingente de hunos que, possivelmente, ainda derivava da confederação de seu pai, demonstrando que apesar da inevitável fratura após a morte de Átila, uma unidade em menor escala ainda existia entre seus filhos. Jordanes, por outro lado, possui uma versão diferente para os fatos: Dengizico, liderando um grupo de seguidores variado – que incluía não hunos, mas ultinzures, angisciros, bitugures e bardones – resolveu atacar os godos na cidade de Bassiana, na Panônia, o que resultou em uma vergonhosa derrota para si. Jordanes não menciona a morte de Dengizico, e apenas afirma que estes “hunos” fugiram em terror e se espalharam pela região, e nada mais ouvimos acerca do destino do filho de Átila (JORDANES, 2001, p. 131). Por outro lado, Marcelino jamais menciona Elaco ou Hernaco. Elaco, como sabemos a partir de Jordanes, foi morto em Nedao, o que torna natural sua ausência na crônica de Marcelino, já que este nada tem a dizer sobre a batalha. Já Hernaco não possui grande importância histórica mesmo no relato de Jordanes: segundo o autor, este príncipe huno apenas dirigiu-se para terras remotas na província da Cítia e, uma vez assentado com seus seguidores, apenas desaparece nas brumas da história (JORDANES, 2001, p. 127).

Neste contexto documental, o relato acerca da morte de Dengizico é fundamental. Em primeiro lugar, é curioso que Marcelino tenha reservado algumas linhas de sua crônica para narrar a derrota deste huno; se sua atividade bélica era suficiente para incomodar o império oriental (que decidiu despachar alguém do porte de Anagastes, *magister militum* da Trácia, para o combate) e sua morte digna de nota, podemos nos perguntar o motivo de Marcelino ter decidido não narrar como Dengizico passou a liderar seu grupo de hunos (na batalha de Nedao, poderíamos supor) ou de sequer mencionar, como afirmado anteriormente, a importante mudança política que teria ocorrido em Nedao. Da mesma forma, o fato de que a narrativa de Jordanes acerca de Dengizico difere em grande parte daquela de Marcelino, e ainda decide omitir a vitória de um importante general romano (que, diga-se, também é atestada pela Crônica Pascoal), talvez nos aponte para uma realidade retórica específica da *Getica*: Jordanes fabrica

um destino diferente para Dengizico porque isto se encaixa em seu ideal político, como discutiremos a frente.

O panorama documental, portanto, é bastante claro no que diz respeito ao conflito em Nedao. Todas as fontes que cobrem a segunda metade do século V ignoram a pressuposta batalha de Nedao. Tanto as fontes independentes, como Conde Marcelino, como as que se baseiam em Prisco, jamais mencionam qualquer batalha, qualquer rio da Panônia chamado Nedao, qualquer sinal de um conflito interno entre os hunos e qualquer levante germano ou, mesmo, qualquer rei gépida chamado Ardarico. Como discutimos, todos estes autores teriam motivo para discorrer sobre esta batalha, já que ela alterou o balanço político dos Balcãs e lançou os gépidas como importantes atores na história da região (BÓNA & SZILÁGYI, 1976, pp. 5–32). A inexistência de relatos neste grande número de fontes indica, portanto, ou o desconhecimento (inclusive de Prisco) ou, mais possivelmente, o fato de que a batalha do rio Nedao foi um conflito fictício a serviço retórico de Jordanes.¹⁰

Jordanes, a história da Dácia e o protagonismo germano

Uma vez que a *Getica* de Jordanes, portanto, se mostra como o único testemunho acerca de Nedao, temos duas opções argumentativas: por um acaso documental, Jordanes é de fato nossa única fonte sobre a insurreição dos germanos; ou, a partir de uma análise retórica, das estratégias e dos objetivos da *Getica*, perceberemos que a revolta germana em Nedao é uma criação propagandística. Como veremos, parece-nos que o último argumento apresenta um cenário mais satisfatório que o primeiro.

Jordanes, enquanto autor de uma das mais memoráveis obras da Antiguidade Tardia – a *Getica* – vem sendo amplamente debatido por estudiosos e acadêmicos desde o século XVII. Autor de duas obras, conhecidas como *Getica* (*De Origine Actibusque Getarum*) e a *Romana* (*De Summa Temporum vel Origine Actibusque Gentis Romanorum*), Jordanes sempre obteve notoriedade por ser o primeiro autor não-romano a escrever uma “história dos godos”, dando início a um período de narrativas de cunho étnico e “nacionalista”, movimento popularmente chamado, pela historiografia especializada, de *Origo Gentis*. Após a história dos godos de Jordanes, viria a história dos francos de Gregório de Tours, a história dos visigodos de Isidoro de Sevilha, a história dos lombardos de Paulo Diácono, e até mesmo a história dos povos anglos, de Beda de Monkwearmouth.¹¹

Por certo, a própria ideia de uma *origo gentis* enquanto ferramenta retórica para a exploração de um passado idealizado, entre os tardo antigos, pode ser problematizada. Gregório de Tours, por exemplo, não escreveu uma “história dos francos”, mas sim uma obra chamada *Decem Libri Historiarum*, isto é, dez livros de história narrando as vicissitudes do governo e da história da antiga província da Gália Romana, dominada pela dinastia dos merovíngios no século VI; Isidoro e Beda buscavam não necessariamente cunhar ou definir um caráter étnico e cultural para os visigodos e os anglo-saxões, mas sim estabelecer um pano de fundo cristão para o *status quo* regente. Sobram-nos Jordanes e Paulo Diácono, autores cujo cunho étnico em suas narrativas parece ser inquestionável, mas que dificilmente configuram um “movimento” – em especial se levarmos em consideração que Paulo Diácono seguia o estilo e os métodos de Jordanes em grande medida. Portanto, temos a questão crucial: seria a *Getica* um texto étnico, uma “história dos godos” comprometida com as noções históricas e identitárias como entendidas pelos próprios godos?

Dadas as construções retóricas de Jordanes, parece-nos que o autor visava outros objetivos que iam além de, tão somente, a narrativa histórica gótica. Quando analisamos a obra como um todo – e a colocamos lado a lado com seu outro escrito, a *Romana* – notamos que o autor tem um profundo interesse pela região provincial da Dácia, isto é, a área dos Balcãs. A construção de uma história dos godos, neste caso, perpassa a noção de que estes foram importantes habitantes da região: por isso são chamados também de getas (que, na realidade, eram povos autóctones da Dácia). Jordanes mescla a história dos getas, dos citas e dos godos em uma única narrativa coesa porque, dessa maneira, ele pode analisar e explicar o desenvolvimento político e cultural da região. Entender uma região a partir de preceitos “étnicos” é uma das grandes características dos textos etnogeográficos, como Heródoto, Estrabão, Ptolomeu o Geógrafo, etc. Dessa maneira, pode-se dizer que a *Getica* é um testemunho etnogeográfico dos Balcãs, e toda a criação da história dos godos está submetida às regras e padrões deste estilo. Portanto, se olharmos para a *Getica* enquanto um texto que aborda a história de uma região, e não necessariamente de um povo, a noção de *origo gentis* perde força e Jordanes, por conseguinte, deixa de ser um historiador de um povo germano (AMORY, 2003, pp. 19–23).

Portanto, se Jordanes não narra a história dos godos, mas a história da Dácia, qual a importância e a função da narrativa de Nedao (caso ela seja, de fato, um evento ficcional)? Acreditamos que a explicação esteja no fato de que, após a morte de Átila, a região balcânica

mergulhou em um caos político: a presença do rei huno, que permaneceu por quase 20 anos no poder, trouxera unidade política e cultural, como vimos anteriormente. O controle de Átila sobre uma variedade de grupos certamente causou em Jordanes um grande impacto, e o autor lauda este controle soberano sempre que pode. Se Jordanes decidiu focar seu relato etnogeográfico na Dácia, não é uma surpresa que Átila seja um dos pilares da *Getica* – isto é devido à sua autoridade e ao fato de que ela se encontra com a já mencionada ideologia política de Jordanes: impérios precisam ser fortes e coesos, e sua hegemonia deve se estender por todo o território dominado. Átila exerceu tal poder de uma forma que nem mesmo imperadores romanos tardios conseguiriam, parece crer Jordanes. O rei huno foi, para nosso autor, a resposta necessária para a ordenação e o controle da Dácia.

Ademais, é com a morte de Átila que uma multitude de povos germanos buscam emancipação política e o controle dos Balcãs. Godos, hérulos e gépidas, em especial, lutam por hegemonia na região, e Jordanes é um filho direto deste contexto. O vácuo de poder causado pela morte do rei huno e pela incapacidade de seus filhos em preenche-lo incentivou os dispersos (e diversos) grupos bárbaros, que gozavam de liberdade pela primeira vez em vários anos, a conclamarem para si algo da mística de autoridade que Átila possuía. Assim, é conveniente que tenhamos Nedao como um símbolo prático deste câmbio político, e seria igualmente conveniente, para Jordanes, explicar a falta de unidade e a instabilidade da região a partir de uma grande batalha:

Lá (Nedao) ocorreu um choque entre os vários povos que Átila detinha sob sua autoridade. Dividiram-se reinos com suas gentes, e de um corpo se fizeram muitos membros que não atendiam à uma paixão única, mas que, privados de uma cabeça (Átila), mutualmente se enlouqueciam.¹²

Em seguida, Jordanes, dentro da lógica de sua retórica, “alinha” os povos combatentes e aponta o que cada um usou para o combate: o godo e sua lança, o huno e seu arco, o hérulo e seu equipamento leve, etc. (JORDANES, 2001, p. 126). É quase como se nosso autor estivesse usando seu texto para apontar que são os grupos bárbaros que agora detém a Dácia e, naturalmente, como as coisas atingiram este ponto de instabilidade – e a resposta, assim como na *Romana*, recai sobre as decisões impensadas de líderes despreparados.

Em outras palavras, a inclusão da batalha de Nedao permite a Jordanes manter a linha argumentativa de uma história linear e de uma sucessão de atores políticos. Ela concede maior

gravidade à morte de Átila e, retroativamente, embeleza e valoriza sua atuação e sua hegemonia. Ela também encerra o período dos hunos e introduz ao leitor uma nova ordem, ainda que esta careça do peso que Átila tinha.

Este conto de uma insurreição parece ser, portanto, um artifício retórico típico de Jordanes; uma pequena fábula que encapsula o espírito de um momento, que simplifica e torna coeso o desenvolvimento instável dos Balcãs, que apresenta estes novos jogadores históricos, povos germanos que, seguindo o exemplo que tiveram de Átila, prezam pela autoridade firme e identificam as escolhas ruins e os líderes fracos. Por isso, por seu caráter autoral, a narrativa de Nedao não deve ser um fragmento de Prisco e nem se encontra mencionada em qualquer outra fonte do período. Ela é uma revolta fictícia, produto direto da consciência histórica de Jordanes. Naturalmente que um conflito sucessório, em escala muito menor, possivelmente ocorreu, já que Átila, podemos argumentar, não só tinha muitos filhos como, ele próprio, era a cola política que mantinha a grande quantidade de povos da confederação unidos. Porém, mesmo que embates pelo controle e sucessão do mando huno tenham ocorrido, Nedao, da maneira que conhecemos, é uma apresentação ideológica, não um fato: o levante de Ardarico e o declínio dos hunos, sobre os quais levantam-se os germanos, é a eulogia pessimista que Jordanes, portanto, dedica à Átila.

Referências Bibliográficas

- AMORY, P. *People and Identity in Ostrogothic Italy, 489-554*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BLIUJIENE, A.; CURTA, F. Exotic Lands, Quixotic Friends: Eastern Lithuania and the Carpathian Basin in Late Antiquity and the Early Middle Ages (AD c 380 to c 620). *Medieval Archaeology* 55 (1), 2011, pp. 29–65.
- BLOCKLEY, R. C. (ORG.). *The fragmentary classicising Historians of the later Roman Empire: Eunapius, Olympiodorus, Priscus and Malchus*. Vol. 1. Cambridge: Cairns, 2009.
- BODELÓN, S. Jordanés y la problemática de la Gética. *Memorias de historia antigua XXI-XXII*, 2005 pp. 49–72.
- BÓNA, I.; SZILÁGYI, E. *A l'aube du moyen âge Gépides et Lombards dans le bassin des Carpates*. Budapest: Corvina, 1976.
- CHRISTENSEN, A. S. *Cassiodorus, Jordanes and the History of the Goths: Studies in a Migration Myth*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2002.
- CROKE, B. Cassiodorus and the Getica of Jordanes. *Classical Philology* 89 (2), 1987, pp. 117–134.
- FRASSETTO, M. *Encyclopedia of Barbarian Europe: Society in Transformation*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2003.
- GILLETT, A. Jordanes and Ablabius. *Latomus* 254 (10), 2000, pp. 479 – 500.
- GOFFART, W. A. *The narrators of barbarian history (A.D. 550-800): Jordanes, Gregory of Tours, Bede, and Paul the Deacon*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- HEATHER, P. J. Cassiodorus and the Rise of the Amals: Genealogy and the Goths under Hun Domination. *The Journal of Roman Studies* 79, 1989, pp. 103–128.
- HEATHER, P. J. *The fall of the Roman Empire: a new history of Rome and the Barbarians*. New York: Oxford University Press, 2006.
- HEATHER, P. J. The Huns and barbarian Europe. In: MAAS, M. (Org.) *The Cambridge Companion to the Age of Attila*. New York: Cambridge University Press, 2014, pp.209–229.
- HUGHS, I. *Imperial Brothers: Valentinian, Valens and the Disaster at Adrianople*. Barnsley: Pen and Sword, 2013.

- IODANIS. *Romana et Getica*. In: MOMMSEN, T. (ORG.), *Monumenta Germaniae Historica*. Auctores Antiquissimi 5. Berlin: Weidmann, 1882.
- IODANIS. *De Origine Actibusque Getarum*. Rome: Instituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1991.
- JORDANES. *Origen y gestas de los godos*. Madrid: Cátedra, 2001.
- KIM, H. J. *The Huns, Rome and the Birth of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- KIM, H. J. *The Huns*. New York: Routledge, 2015.
- KULIKOWSKI, M. *Rome's Gothic Wars From the Third Century to Alaric*. Leiden: Cambridge University Press, 2006.
- LENSKI, N. Captivity among the Barbarians and its Impact on the Fate of the Roman Empire. In: MAAS, M. (Org.) *The Cambridge Companion to the Age of Attila*. New York: Cambridge University Press, 2015, pp. 230–246.
- LIEBESCHUETZ, W. Why did Jordanes write the *Getica*? *Antiquité Tardive* 19, 2011, pp. 321–340.
- MAENCHEN-HELFEN, O. *The World of the Huns: Studies in Their History and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- MARCELLINUS. *The chronicle of Marcellinus: a translation and commentary; (with a reproduction of Mommsen's ed. of the text)*. Sydney: Australian Association for Byzantine Studies, 1995.
- MARCELLINUS, A. *The Later Roman Empire*. London: Penguin, 2004.
- O'DONNELL, J. J. The aims of Jordanes. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte* 31 (2), 1982, pp. 223 – 240.
- OLTEAN, I. A. *Dacia: landscape, colonisation, and Romanisation*. London ; New York: Routledge, 2007.
- PETOLESCU, C. C. *Dacia: un mileniu de istorie*. Bucharest: Ed. Acad. Române, 2010.
- POHL, W. (ORG.). *Kingdoms of the Empire: The Integration of Barbarians in Late Antiquity*. Leiden ; New York ; Köln: Brill, 1997.
- POHL, W. (ORG.). *Le origini etniche dell'Europa: barbari e romani tra antichità e medioevo*. Roma: Viella, 2000.
- POHL, W. Ethnicity, Theory, and Tradition: A Response. In: GILLET, Andrew (ORG.) *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the early Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2002, pp.221 – 239.

- PRISCUS. *The Fragmentary History of Priscus: Attila, the Huns and the Roman Empire, Ad 430-476*. New Jersey: Evolution Publishing & Manufacturing, 2014.
- SARANTIS, A. War and Diplomacy in Pannonia and the Northwest Balkans during the Reign of Justinian: The Gepid Threat and Imperial Responses. *Dumbarton Oaks Papers* 63, 2009, pp. 15–40.
- SCHOLASTICUS, S. [SOCRATES; SOZOMEN, S. [SALAMINUS H. *Church Histories*. ---: Hendrickson, 1994.
- SYME, R. Danubian and Balkan Emperors. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte* 22 (2), 1973, pp. 310–316.
- THOMPSON, E. A.; HEATHER, P. J. *The Huns*. Oxford: Blackwell, 1999.
- WEIßENSTEINER, J. Cassiodor / Jordanes als Geschichtsschreiber. In: SCHARER, Anton; SCHEIBELREITER, G. (ORG.) *Historiographie im frühen Mittelalter*. Vienna; Munich: Oldenbourg, 1994, pp.308–325.
- WOLFRAM, H. *Die Goten: von den Anfängen bis zur Mitte des sechsten Jahrhunderts : Entwurf einer historischen Ethnographie*. C.H.Beck, 1990.
- WOLFRAM, H. *The Roman Empire and Its Germanic Peoples*. University of California Press, 1997.
- WOOD, I. N. Anmeldelser - Cassiodorus, Jordanes and the History of the Goths. *Studies in a Migration Myth. Historisk Tidsskrift* 103 (2), 2003, pp. 465–484.

¹ Tervíngios e greutungos são, de forma unanime, compreendidos como visigodos e ostrogodos (WOLFRAM, 1990, pp. 34–36).

² Referimo-nos, aqui, à ascensão da confederação hunna e seu impacto indelével na história do império romano (cf. MAENCHEN-HELFEN, 1973; THOMPSON & HEATHER, 1999).

³ A narrativa de Kim é exagerada e contém um grande número de argumentos polêmicos ou questionáveis. Porém, sua inferência acerca da importância dos hunos para o destino e as vicissitudes do império romano tardio parece ser mais precisa.

⁴ Para este trabalho, não abordaremos a polêmica acerca da relação entre Cassiodoro e Jordanes, isto é, a ideia de que Jordanes apenas resumiu a *Historia Gothorum* de Cassiodoro, hoje perdida. Entendemos Jordanes como um autor independente e responsável por suas próprias ideias, argumentos e objetivos. Para um debate acerca deste tópico, cf. WOOD, 2003, CHRISTENSEN, 2002

⁵ Aqui entende-se por Antiguidade Tardia um período marcado pela influência da cultura romana, direta ou indiretamente. Ainda que no século VI o ocidente não possua uma sede imperial ativa, as campanhas de Justiniano e o jogo diplomático entre o imperador e uma variedade de reis germanos apontam para um contexto em que o peso do cetro romano ainda era bastante vivo. Formalmente, este período pode ser considerado “Idade Média”, porém, acreditamos que para a nossa análise, o argumento de continuidade e transformação sob a influência deste conceito de Antiguidade Tardia seja mais útil.

⁶ “Talibus peractis, ut solent animi iuvenum ambitu potentiae concitari, inter successores Attilae de regno orta contentio est, et dum inconsulti imperare cupiunt cuncti, omnes simul imperium perdiderunt. Sic frequenter regna gravat copia quam inopia successorum. Nam filii Attilae, quorum per licentiam libidinis pene populus fuit, gentes sibi dividi aequa sorte poscebant, ut ad instar familiae bellicosi reges cum populis mitterentur in sortem”, (IORDANIS, 1991, L, 259). As traduções contidas neste trabalho são de nossa autoria e, de forma alguma,

pretendem-se como versão precisas das passagens latinas ao português; são, por certo, adaptações funcionais e ilustrativas do argumento presente nos textos originais.

⁷ “Hi sunt casus Romanae rei publicae preter instantia cottidiana Bulgarum, Antium et Sclavinorum. Que si quis scire cupit, annales consulumque seriem revolvat sine fastidio reperietque dignam nostri temporis rem publicam tragydiae. Scietque unde orta, quomodo aucta, qualiterve sibi cunctas terras subdiderit et quomodo iterum eas ab ignaris rectoribus amiserit”, (IORDANIS, 1882, p. 52).

⁸ A ascendência de Jordanes, seus objetivos com a *Romana* e a *Getica* e a função destes textos dentro de um contexto retórico são elementos a serem explorados em nossa tese de doutorado – texto que, esperamos, estará disponível em breve. Ademais, para a longa tradição historiográfica de Jordanes, cf. BODELÓN, 2005; CHRISTENSEN, 2002; CROKE, 1987; GILLET, 2000; LIEBESCHUETZ, 2011; O’DONNELL, 1982; WEIßENSTEINER, 1994.

⁹ Given, em sua tradução dos fragmentos de Prisco, procura identificar passagens em outros autores que possam ser remetidas à história escrita por este funcionário grego. No que se refere ao fragmento de Nedao, supostamente conservado na *Getica* de Jordanes, Given nota que a atribuição é dúbia e pode ter uma origem diversa (cf. Priscus, 2014)

¹⁰ As estratégias retóricas de Jordanes são motivo de intenso debate acadêmico. A interpretação tradicional afirma que Jordanes não tinha clareza acerca de qualquer arcabouço narrativo, já que seu trabalho era apenas uma cópia ou abreviação de outros autores (Cassiodoro, no caso da *Getica*). Esta perspectiva tem sido desafiada, e Jordanes é cada vez mais visto como um autor munido de objetivos e noções próprias. Acreditamos que uma análise textual da *Getica* e da *Romana* nos revela um autor com vasta leitura e conhecimento, atento ao seu momento político – sua estratégia retórica é a de evidenciar as vicissitudes de seu período a partir da exposição de exemplos e lições históricas (cf. O’DONNELL, 1982).

¹¹ A ideia de *origo gentis* é especialmente influente a partir de alguns historiadores de Viena, como Pohl e Wolfram. Para mais sobre o tema, cf. POHL, 2002, 2000; WOLFRAM, 1990. Para uma crítica deste conceito e uma reavaliação das fontes que, argumenta-se, compõe este estilo narrativo, cf. GOFFART, 1988.

¹² “Illic concursus factus est gentium variarum, quas Attila in sua tenuerat dicione. Dividuntur regna cum populis, fiuntque ex uno corpore membra diversa, nec quae unius passioni conpaterentur, sed quae exciso capite in invicem insanirent” (IORDANIS, 1991, chap. L, 261).